

Editorial | A pandemia do coronavírus e a necessária solidariedade! - Pág 2.

PANDEMIA DO COVID-19 EXPLICITA QUEM SÃO OS VERDADEIROS PARASITAS DO ESTADO



NÃO DEU NA IMPRENSA

Docentes do estado e do município já estão em greve por tempo indeterminado.

Pág. 02

LUTAS GERAIS

Greve dos petroleiros marca ponto de virada contra os ataques do governo Bolsonaro.

Pág. 03

PELA BASE

MEC restringe concursos e ameaça progressões de docentes e técnico-administrativos.

Pág. 06

CULTURA

Resistência feminista mostra ampliação do protagonismo das mulheres no Brasil e no mundo.

Pág. 07

EDITORIAL

A pandemia do coronavírus e a necessária solidariedade!

Vivemos hoje tempos de instabilidade, crise e medo. Medo do outro, medo da morte, provocada pelo invisível que o outro pode portar em seu corpo, medo do desemprego ou do corte de salários. Essa é uma condição que a maior parte de nós nunca experimentou, pelo menos em semelhante escala. Não bastasse o medo de perder a nossa vida, ou a de quem amamos, ou a de quem convivemos, temos que nos defrontar com um Governo que apresenta, como política para a crise gerada pelo capital, que o Estado define quem morre e quem vive, assim como o Presidente Bolsonaro e aliados vêm incentivando em rede nacional e em suas mídias sociais.

Completando o cenário de ataques à população e desprezo pela vida, protagonizados pelo Governo Federal, salientam-se ações que fragilizam ainda mais a capacidade da intervenção estatal no país e a ausência de medidas eficazes de combate a pandemia. O ataque estrutural ao serviço público, com destaque para o sistema federal de ensino e a pesquisa no país, se faz sentir duramente neste momento, assim como o subfinanciamento do SUS e das políticas de assistência social. O governo procura, conscientemente, e não como expressão de desorganização política, avançar em seu projeto de país em meio à crise. Das mais amplas decisões como o não investimento para enfrentar o vírus, até anúncios de substituição do período sem aulas por EAD, corte de salários, ajuda aos empresários, corte de benefícios, dão conta do projeto que o Governo Federal representa.

Mas, a crise política se aprofunda, uma forte depressão econômica se avizinha e o desafio diante deste cenário nos cobra muita reflexão e responsabilidade. Neste momento, em que é necessário o afastamento social, devemos combater o individualismo e a negação da solidariedade e do senso de pertencer a um destino comum de classe. Afinal, já existem aqueles que entendem ser necessário, antes de qualquer coisa, salvar o capital no curso da instabilidade e, mais uma vez, em detrimento da vida.

Os trabalhadores/as, ainda que fisicamente isolados, não podem se deixar enganar pelo medo e pela negação do seu poder como sujeito coletivo. Neste momento, temos que aceitar o desafio de definir estratégias de solidariedade de classe para defender a vida e, ao mesmo tempo, defender políticas públicas a serviço da classe trabalhadora, para que a riqueza socialmente produzida seja distribuída via serviços públicos de qualidade.

Há recurso financeiro! Para isto é necessário a adoção de políticas de estado que garantam a transferência de recursos da dívida pública para o serviço público, a taxação de grandes fortunas, o aumento e a garantia dos postos de trabalho com salários dignos e a ampliação da educação pública, por meio da rede federal de ensino, e da saúde pública, através do SUS, como direitos de todos e todas.

Mais uma vez, a crise do capital deixa ainda mais explícito que “El capitalismo es el genocida más respetado del mundo”, parafraseando Ernesto Guevara.

Expediente

O Travessia é uma publicação da Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do ANDES-SN (APESJF SSind). Redação, diagramação e fotos: Isabella Mendes Freitas MTB 014560/MG, Danniell Goulart Reg. 6083 DRT MG, Clara Xisto sob a supervisão de Danniell Goulart e Daniel Diogo sob a supervisão de Isabella Mendes Freitas

Tiragem: 1200 exemplares

Endereço: Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900

Tel-Fax: (32) 3215-1286 / Site: apesjf.org.br / Email: faleconosco@apesjf.org.br

Presidente: Marina Barbosa Pinto - Faculdade de Serviço Social

Vice-Presidente: Marcos Vinicius Leite - IF Sudeste MG Campus JF

Secretária Geral: Raquel Portes - Faculdade de Arquitetura

1ª Secretária: Jalon Morais Vieira - IF Sudeste MG Campus Juiz de Fora

2ª Secretária: Ana Maria Arreguy Mourão - Aposentada

1º Tesoureiro: Augusto Santiago Cerqueira - Faculdade de Engenharia

2º Tesoureira: Zuleyce Lessa - Faculdade de Enfermagem

NÃO DEU NA IMPRENSA



Assembleia de professores da rede municipal. Foto: SinproJF

GREVE EM MINAS

Professores e professoras do Estado de Minas Gerais entraram em greve por tempo indeterminado no dia 11 de fevereiro. O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, Sind-UTE/MG, informa que a categoria reivindica o pagamento do piso salarial, e o pagamento do 13º de 2019 para quem ainda não recebeu.

DESIGUALDADE

Docentes questionam também o tratamento desigual que têm recebido do governo do estado que já está pagando, de forma parcelada, o 13º salário de servidores da segurança pública e da Secretaria de Estado da Fazenda. Funcionários da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e agentes penitenciários terão aumento salarial a partir do meio do ano. No dia 19 de fevereiro, a Assembleia Legislativa de Minas aprovou o projeto 1451/20, enviado pelo governador Romeu Zema (Novo), que concede aumento salarial de 41,62% até 2022, para policiais militares, civis e bombeiros do estado.

DESGASTE

Outro fator para a deflagração da greve foi o desgaste causado pela informatização do processo de matrícula implantado pelo governo Zema, que vem trazendo problemas aos pais, alunos e professores, como o direcionamento de alunos a escolas para as quais as famílias não se inscreveram, e desenten-

dimentos quanto à distribuição das vagas de maneira geral.

SUPERLOTAÇÃO

Outra pauta é o fechamento de turmas e da volta das escolas de tempo integral. Segundo a diretora do Sind-UTE, subse de Juiz de Fora, Victória Mello, “Juiz de Fora em 2018 tinha 32 escolas de tempo integral, em 2019 o governo suspendeu esse atendimento e em agosto voltou a atender apenas 5 escolas. Então muitas crianças ficaram sem esse atendimento e muitos trabalhadores da educação ficaram desempregados por conta desse corte, que acaba por superlotar turmas”.

GREVE EM JUIZ DE FORA

Docentes da rede municipal de Juiz de Fora entraram em greve no dia 11 de março. A decisão foi tomada no dia 6, em dia de paralisação de 80% da categoria.

PAUTAS

O movimento reivindica a imediata realização de concurso público e a manutenção dos direitos conquistados no Quadro de Carreira.

Segundo o Sinpro, há dez anos a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora não lança edital para concurso na área. Quanto ao Quadro de Carreira, “as mudanças apresentadas pela PJF implicam ampliação de jornada e intensificação do trabalho, prejuízos ao tempo reservado às atividades extracurriculares e perdas econômicas”.

GREVE DOS PETROLEIROS E O IMAGINÁRIO NACIONAL

Movimento pode marcar ponto de virada no retrocesso imposto por Bolsonaro



Foto: Assessoria Sindiquímica

Trabalhador de indústria petroquímica do Paraná.

Em tempos de retrocesso civilizatório, de trator neoliberal, conduzido pelo presidente da república e o ministro Guedes, uma boa notícia para a classe trabalhadora foi a deflagração e ampliação da greve nacional dos petroleiros, iniciada em 1º de fevereiro de 2020. Os motivos que justificaram o início do movimento foram a demissão em massa de funcionários da Petrobrás, alocados na Fafen (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados) do Paraná, e o descumprimento de parcelas do Acordo Coletivo, firmado entre os sindicatos e a empresa. Em 20 dias de paralisação, a greve chegou a 21 mil trabalhadores e, ao menos, 121 unidades da Petrobrás, entre elas 58 plataformas. O movimento mostrou força e determinação.

No entanto, um ponto importante da greve representou também um acréscimo na luta de todos os brasileiros, já que defendia não apenas as pautas da categoria, mas também a manutenção do caráter estatal da Petrobrás. Uma empresa que é fruto de uma das maiores campanhas de mobilização popular da República, que, na década de 1950, reivindicava o poder sobre a exploração de suas reservas de petróleo e gás, e que uniu trabalhadores e trabalhadoras de todo o país contra setores privatistas.

No momento em que a greve se colocou como um pé fincado contra o movimento de venda da empresa, diante do cenário de destruição contínua do Estado, de desvalorização dos serviços públicos e de paralisia do movimento dos trabalhadores, os petroleiros deram um grito que podia representar uma virada, um estancar da sangria e um ponto de retomada da luta.

PRESSÃO

A greve foi solenemente ignorada pela imprensa em seus primeiros dias, mesmo diante da força do movimento e importância óbvia do setor, com sérias ameaças de desabastecimento e de paralisar o país. A pressão das redes sociais, que denunciaram a manobra dos meios de comunicação, forçou a realização de uma cobertura jornalística, ainda que tímida, mas ainda assim realizada por uma imprensa claramente dominada pelos interesses neoliberais e privatistas.

A pressão contra foi grande e a greve foi parar na justiça, que declarou sua ilegalidade, com ordem para que 90% dos funcionários voltassem ao trabalho, atuando contra o direito constitucional de greve.

Houve reação. Além de sindicatos e entidades de todo o país, estudiosos como os pesquisadores e pesquisadoras que integram os grupos de pesquisa “Trabalho, Constituição e Cidadania”, da Universidade de Brasília (UnB), “Transformações do trabalho, democracia e proteção social”, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), “Relações de trabalho, crítica, política e contemporaneidade”, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), “Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses”, da Universidade Estadual de

Campinas (IFCH/UNICAMP), e Trabalho, Precarização e Resistências”, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA), publicaram nota de solidariedade à greve dos petroleiros, e repúdio “ao conteúdo autoritário e ofensivo ao direito fundamental de greve manifestado nas últimas decisões proferidas monocriticamente pelo Ministro Ives Gandra Filho. Decisão que não representa, certamente, o entendimento de todos os Ministros que integram o Tribunal Superior do Trabalho”.

A ação rápida e agressiva da Justiça evidenciou o que está em jogo. O mercado pressiona para que o movimento de privatização ampla e irrestrita do Governo Federal chegue à Petrobrás, e não tem interesse em um movimento que traga de volta o sentimento nacionalista moldado na luta pela criação da empresa. Tornou-se necessário, aos setores neoliberais, sufocar rapidamente o perigo de reavivar, no ideário coletivo do país, a simbologia de defesa da soberania e do poder da Petrobrás como orgulho nacional. Um perigo para o atual governo, que aposta na entrega do patrimônio, enquanto convoca a população para manifestações de cunho autoritário.

Apesar do fim do movimento, a greve dos petroleiros mostrou o caminho de possível unificação de trabalhadores e trabalhadoras.

Neste cenário, Servidores Públicos Federais se movimentam, universidades se colocam na direção da greve, manifestações ganham novamente fôlego, e a pressão da sociedade aumenta, marcando talvez um ponto de inflexão no retrocesso que marca o governo Bolsonaro.

DESAFIOS DA LUTA DOCENTE PARA 2020:

Categoria se organiza diante de um governo avesso à Ciência



Plenária do 39º Congresso do ANDES - Foto: Professor Eduardo Leão

A luta docente em 2020 tem como grande desafio a defesa da educação pública frente às ações e projetos de uma gestão ministerial anti-ciência e por um governo anti-democrático.

As instituições federais de ensino de Juiz de Fora iniciam seus semestres letivos com exemplos concretos dessa conjugação. De um lado, as restrições impostas pelo MEC de contratação e até do pagamento referente a progressão e outros direitos, afetam diretamente o funcionamento do Colégio João XXIII, do IF Sudeste MG e da UFJF, gerando amplo debate nos conselhos dessas instituições. (confira na p. 6)

Em relação à democracia nas Ifes, em 2019, o governo chegou a intervir em diversos processos de escolha de gestores de universidades e institutos federais. Na UFJF, o governo tem até abril para nomear o reitor Marcus David e a vice-reitora Gírlene Alves, que encabeçam a lista tríplice enviada ao MEC pelo CONSU e que foram escolhidos, com ampla participação, pela comunidade acadêmica da UFJF, em

consulta pública organizada pelas entidades representativas dos segmentos em 2019.

Tanto a autonomia quanto a vocação pública e social da educação também encontram-se na mira do governo Apesar do projeto Future-se ter sido rejeitado por dezenas de instituições, incluindo a UFJF, o MEC realizou uma nova consulta pública em janeiro e apresentou sua terceira versão da proposta. O texto final ainda não tem data para ser enviado ao Congresso, mas, segundo analistas, a resistên-

cia da comunidade acadêmica e entre parlamentares indica que a implantação do Future-se terá um caminho árduo.

Com alguns pontos bastante próximos ao Future-se, e diante da desestruturação das agências públicas de fomento à pesquisa pelo governo, as novas políticas de ciência, tecnologia e inovação já estão em curso na UFJF e em discussão no Consu do IF Sudeste MG. Tais políticas ampliam a privatização da pesquisa pública, ameaçam a dedicação exclusiva de docentes e ferem o tripé ensino, pesquisa e extensão.

A APES tem atuado intensamente diante de tal cenário, em reuniões conjuntas com as entidades, em reuniões ampliadas com sua base e nas representações do Consu da UFJF e do IF Sudeste, se posicionando sempre em defesa da autonomia das instituições, contra os cortes de recursos e concursos para a educação, e contra a privatização da pesquisa e do ensino.

CONGRESSO

O cenário coloca docentes

federais em alerta. Reunidos no 39º Congresso do ANDES realizado em São Paulo em janeiro desse ano, mais de 650 docentes saíram com a tarefa de resistir às medidas e ameaças do atual governo. A militarização das escolas, a educação à distância e domiciliar, o Future-se e o Escola sem Partido surgiram como pautas urgentes da categoria.

Além dos temas específicos da educação, docentes pretendem fortalecer a unidade com demais servidores públicos federais. E deliberaram pelo fortalecimento de frentes unitárias e fóruns pela revogação da EC95/2016 e contrarreforma da Previdência e luta contra próximos ataques – Reforma Sindical, carteira verde e amarela, Plano Mais Brasil.

Para o presidente do ANDES-SN, professor Antonio Gonçalves, docentes precisam construir um movimento paredista forte e unitário para derrotar as políticas que ameaçam trabalhadores e trabalhadoras. Confira a entrevista com o professor Antonio Gonçalves para o Travessia.



Mais de 650 docentes estiveram presentes no 39º Congresso do ANDES - Foto: Professor Eduardo Leão

ENTREVISTA: ANTONIO GONÇALVES (PRESIDENTE DO ANDES)



Jornal Travessia – Quais as estratégias necessárias para garantir a recomposição do orçamento das IFES?

Antônio Gonçalves - Desde 2015, o orçamento na Educação tem diminuído. Mesmo que o previsto não diminua, a execução orçamentária tem sido reduzida em nome da austeridade fiscal, da crise econômica. Nesse momento, vários argumentos aparecem para justificar o corte ou o contingenciamento. Em setembro de 2019, quando houve o descontingenciamento do orçamento da educação federal, já era tarde para a execução orçamentária, muitas instituições não haviam feito o empenho e tiveram que devolver recursos para o tesouro nacional. A estratégia, então, passa por uma mobilização da nossa categoria, mas para além da categoria docente, e dos técnico-administrativos e estudantes, que estão mais ligados às instituições de ensino, a sociedade como um todo tem que se mobilizar. O tema da educação tem mobilizado, como no 15M e no 30M, quando o povo foi para a rua defender os recursos para a educação. Dessa forma, com mobilização popular, que a gente vai conseguir recompor o orçamento das universidades federais. Apenas gestões no âmbito do Congresso, um dos mais conservadores dos

últimos tempos, é insuficiente para essa recomposição. O orçamento público é disputado, e no momento de uma crise do capitalismo mundial, uma crise estrutural, a disputa pelo fundo público se acirra, e dificulta uma luta por via institucional. A estratégia é derrotar essas políticas neoliberais nas ruas, fazendo unidade de ação.

JT - O que estará em pauta na construção da greve da categoria docente?

AG - Até o dia 13 de março, a base do ANDES-SN está se reunindo em assembleias de base para discutir a adesão ao dia 18 de março como greve geral da educação e também sobre a construção de uma greve por tempo indeterminado. Há uma pauta comum de toda a categoria docente, que passa por condições de trabalho, carreira, recomposição salarial, mas também pelo entendimento de que, para a gente conquistar melhores condições de trabalho, salário justo, há necessidade de recomposição do orçamento, de respeito à autonomia das instituições. Então a nossa pauta incorpora aspectos, digamos, mais corporativos da categoria, mas também elementos da política mais geral, com cuja pauta corporativa essas outras pautas dialogam. Nosso esforço é na construção desse movimento paredista e a pauta está sendo construída nas assembleias de base. Mas nós já temos um acúmulo. Ao longo de 2019 fizemos várias reuniões dos setores das federais e das estaduais e municipais, debatendo todos esses problemas. Nosso processo de construção é de uma greve da

categoria docente. Não só das instituições federais. A pauta vai englobar aspectos locais, das universidades estaduais e municipais.

JT - Como será a pauta salarial do ANDES em 2020?

AG - No âmbito do Fonasefe, a gente constrói anualmente uma pauta de consenso entre as categorias do serviço público federal, e um elemento importante da pauta deste ano é que ela apresenta e atualiza o percentual de recomposição salarial, que no caso dos docentes das federais, temos uma defasagem salarial de 33%. Um dos pontos da campanha salarial é essa recomposição. Tem outros elementos, como garantia de concurso público, recomposição do quadro, e já protocolamos essa pauta no Ministério da Economia, no MEC, no Congresso Nacional, em órgãos da justiça, para que eles tomem conhecimento da nossa proposta e estamos em campanha. Estão sendo pensadas peças para divulgarmos a nossa campanha salarial que é feita em conjunto com os servidores públicos federais. Existem outras campanhas em curso nos estados e municípios, que também nós contribuimos.

JT - Como a reforma administrativa impacta docentes federais?

AG - A gente ainda não tem um texto final de Reforma Administrativa, mas pelos elementos da PEC Emergencial, o impacto vai ser muito grande sobre os docentes das universidades federais. Primeiramente porque um dos pontos prevê

uma redução de carga horária com corte de salário que pode chegar a 25%. Suspensão de concurso durante dois anos. Isso vai acarretar uma sobrecarga de trabalho no quadro funcional de docentes e técnico-administrativos. Se aprova esse corte de 25%, vai haver uma expropriação do salário dos trabalhadores das IFES. A tabela do imposto de renda não foi atualizada. Conseqüentemente, a base de arrecadação vai aumentar. Perda salarial acumulada de 33% desde 2016. Nova alíquota do INSS, que já vai impactar o salário de março, conforme a faixa salarial do docente. Suspensão de promoção e progressão na carreira. O trabalhador, além de ter uma queda de 25%, ainda vai pagar mais imposto de renda, não vai poder usufruir dos benefícios de promoção e progressão na carreira. Entendemos que uma parte da nossa categoria que ainda não está em movimento, ao perceber a expropriação salarial causada por essas medidas, vai entrar em movimento e vamos conseguir construir um movimento paredista para derrotar essas políticas todas. Quanto à recomposição do quadro, existe o banco de professor equivalente, que o MEC está orientando os gestores das instituições a não contratarem trabalhadores, suspender concursos, interferindo na autonomia das universidades, institutos e CEFETs e conseqüentemente, a não contratação, o não pagamento de progressão, vai ter impacto direto no trabalho docente e todos esses pontos compõem a proposta de Reforma de Administrativa.

MEC RESTRINGE CONCURSOS E COMPROMETE PROGRESSÃO

entidades organizam ações virtuais para o momento de isolamento social

O ano de 2020 já começa marcado por novas investidas do Governo Bolsonaro contra o serviço público brasileiro, principalmente nas universidades e institutos federais. Já nos primeiros dias do ano, o Ministério da Educação tornou público o Ofício 01/2020, direcionado aos dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, onde orienta que não sejam realizadas contratações de novos docentes e técnicos até que a Lei Orçamentária Anual de 2020 seja aprovada.

Já aprovada a LOA, com diminuição do orçamento destinado ao Ministério, um novo ofício do MEC (Ofício-Circular nº 08) afirma que “as Unidades Orçamentárias vinculadas ao Ministério da Educação, ao promover novos atos que aumentem as despesas com pessoal ativo e inativo, benefícios e encargos a servidores e empregados públicos, devem observar as legislações pertinentes e abster-se de realizá-las em montantes cujos totais não estejam devidamente autorizados.”, ou seja, limita gastos com pessoal para além do montante já aprovado, impactando progressões salariais, horas extras e até adicionais noturnos, direitos conquistados pela categoria dos servidores públicos.

Em resposta aos ofícios, algumas Instituições se posicionaram, apontando a inconstitucionalidade das ações do Ministério, e reafirmando a continuidade das atividades conforme previsto. Em nota, a UFRJ afirma que “as contratações e demais atos inerentes à progressão funcional decorrem de previsão legal. Assim, somente mudanças na legislação atual poderão ocasionar perda ou suspensão desses direitos.”.

IMPACTOS

As medidas, a pouco em vigor, já afetam o funcionamento



Presidente da APES em conversa com docentes do João XXIII

das unidades acadêmicas por todo o país. Algumas já anunciam dificuldades em seguir com a normalidade do calendário acadêmico e outras tentam superar internamente as contradições geradas pelas medidas do governo.

O Colégio de Aplicação João XXIII, por exemplo, já começa o ano com restrições de vagas tanto de professores quanto de TAE's, necessárias para o funcionamento da instituição. Segundo Eliete do Carmo, diretora geral do Colégio, “No nosso caso, nós já temos aí dois concursos, uma professora está aqui, que foi aprovada, nós tivemos uma aposentadoria em janeiro, e temos previsões de aposentadoria até o meio do ano. Temos a necessidade em torno de nove provimentos, com um documento que diz que nós temos cinco”.

No Instituto Federal a situação não é diferente. Segundo Jalon de Moraes, professor no IF sudeste MG Campus Juiz de Fora e membro da diretoria da APES, existem vários casos de servidores se aposentando e em licença saúde, demandando a contratação de novos profissionais. “Precisamos tentar o diálogo, buscar as direções dos campi para apresentar o nosso posicionamento e tentar ao máximo que as necessidades sejam atendidas, para não ge-

rar dano ao bom andamento das atividades em nossas instituições.” Afirma ainda o professor, na tentativa de buscar soluções internas ao problema.

Em nota lançada no dia 20 de fevereiro, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) orienta instituições a seguirem com o pagamento de progressão e promoção funcional e benefícios obrigatórios. Seguindo a orientação, o Instituto Federal informa que as atividades seguem de acordo com o planejamento anual da administração superior.

Os ofícios colocaram o debate também para a UFJF, que em reunião do Conselho Superior no dia 20 de fevereiro, em consonância com a decisão de uma série de outras universidades, deliberou pela manutenção dos concursos, bem como a garantia dos direitos de progressões e auxílios aos servidores.

Segundo Marina Barbosa, representante da APES no Conselho, “nossa posição nesta reunião foi que essa é a decisão correta e vai ao encontro da autonomia da instituição e da sua defesa. Em tempo de ataques e interesse em sua destruição por parte do governo, manter seu funcionamento respeitando os parâmetros institucionais e as carreiras é condição para que

a universidade se mantenha viva.”

ENTIDADES

O ANDES-SN, juntamente com o SINASEFE e a FASUBRA, protocolaram no dia 18 de fevereiro Ação Civil Pública contra o Ofício, e a Portaria nº 1.469, de 22 de agosto de 2019. Na ação, as entidades deixam clara a inconstitucionalidade da portaria e acrescentam “À medida que os atos administrativos normativos supracitados lesam interesse difuso e coletivo ao direito social à educação, bem como ao patrimônio material e imaterial das IFEs, faz-se imperiosa a atuação do Poder Judiciário a fim de restaurar a fiel observância ao ordenamento vigente.”.

Ainda em conjunto, as entidades disponibilizaram nota técnica sobre o ofício Ofício-Circular nº 08, em detrimento das interpretações que já ocorreram. Em algumas instituições foi decretada a suspensão de progressões e adicionais que não constam na folha de pagamento dos servidores. Para as entidades “é preciso combater o entendimento local que gere prejuízo ao servidor, mas sem que alguma medida mais ampla possa gerar a extensão dessa compreensão às demais IFE e aos demais servidores”.

Nesse momento de isolamento social, uma série de ações no âmbito virtual e de redes sociais vem sendo desenvolvidas, como lives e manifestações coordenadas, que buscam não esfriar os ânimos da luta, mesmo em tempos adversos. “Se nós não lutarmos, o processo de retirada de direitos vai se acelerar. O desmonte do Estado nacional vai se acelerar, e se deixarmos passar muito tempo será muito tarde”, afirma o presidente do ANDES-SN Antônio Gonçalves.

RESISTÊNCIA FEMINISTA: MULHERES SE FORTALECEM CONTRA ONDA CONSERVADORA



Ato Unificado do Dia internacional da Mulher. Foto: Camila Pravato/Sintufefuj

Nas eleições de 2018, o país viveu uma de suas maiores manifestações organizadas por mulheres, no movimento “Ele não”. O dia 29 de setembro daquele ano marcou a história do Brasil, não só por reunir multidões contra a candidatura de um presidente, mas por reunir mulheres adeptas dos mais variados vieses políticos. O machismo e a misoginia escancarados no discurso de Bolsonaro causaram repulsa e indignação, unindo mulheres que já compunham o movimento feminista àquelas que viram neste ato a possibilidade de se engajarem nele.

O que aconteceu no Brasil parece seguir uma tendência mundial. Manifestações em prol da descriminalização do aborto, por exemplo, se espalharam por diversos países. Além disso, a cultura do estupro também passou a ser explicitada e combatida de forma organizada

Por essas razões a performance “o estupro é você”, criada por mulheres chilenas e reproduzida em países como França, Espanha e Argentina, ganhou tanta visibilidade. Nela, mulheres se reúnem e afirmam que a cultura do estupro é reforçada em inúmeras instâncias da sociedade, além de reiterarem que a culpa de tal violência nunca será

da vítima. “O estupro é você! / E a culpa não era minha/ nem onde estava/ nem o que vestia!”

RETROCESSOS

A eleição de Bolsonaro, entretanto, trouxe à tona uma onda de retrocessos, reduzindo recursos de setores cruciais no combate à violência e desigualdade, e nomeando para seu governo aliados controversos. Criou, por exemplo, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos” a cargo de Damares Alves. Apesar da proeminência de Damares no governo, a pasta é uma das que menos recebeu recursos entre janeiro e dezembro de 2019.

O “Casa da Mulher Brasileira”, programa federal de combate à violência contra a mulher, teve seu orçamento zerado em 2019, mesmo que a cada quatro minutos uma mulher seja agredida no Brasil. Tal fato demonstra a apatia do governo para a resolução destas questões.

“Bolsonaro coloca a frente do novo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos alguém que, no mínimo, não tem competência para um cargo de ministra de Estado por professar sua religião na forma da política, nada contra a religião, tudo contra a confusão de valo-

res específicos de uma religião com políticas de Estado.” Afirma Lucimara Reis, membra do coletivo feminista 8M Juiz de Fora.

Damares, em muitos de seus discursos, não só prega a submissão, como não possui tese fundamentada na extinção da violência contra a mulher. No Brasil, a cada duas horas uma mulher é assassinada. Para impedir que os números se agravem, Lucimara propõe uma “luta organizada que perceba essa composição de classe que inclui gênero e raça”.

AMBIENTE ACADÊMICO

A exemplo da luta organizada, o Coletivo Marielle Franco foi criado na UFJF em 2018. Formado por docentes, TAEs, funcionárias terceirizadas e discentes da instituição, o Coletivo se apresenta como forma de acolhimento às vítimas de todos os tipos de assédio e violências no ambiente universitário

A questão ganhou visibilidade após denúncias de assédio, abuso sexual e estupros ocorridos dentro da Universidade. Em geral, muitos casos não são denunciados. As vítimas temem as possíveis consequências, como o descrédito ou a não resolução da ocorrência.

Carolina Bezerra, docente do Colégio de Aplicação João XXIII e membra do coletivo, aponta que, para a redução dos casos de assédio, “do ponto de vista institucional, é muito importante que a Universidade pense nesses caminhos, pelas vias educacional e comunicacional, com campanhas, com trabalhos de prevenção, de esclarecimento, como a criação de protocolos para se pensar em como encaminhar essas questões.”

FEMINISMO CAMPONÊS

No campo, há um grande impacto causado pelas violências do Estado. Com a Reforma da Previdência, por exemplo, as trabalhadoras rurais foram muito prejudicadas. Além disso, as constantes liberações de agrotóxicos impactam suas vidas de maneira negativa.

Ludmila Bandeira, membra da coordenação nacional do setor de saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conta que o MST vem construindo um feminismo camponês, que tem as mulheres do campo como suas protagonistas e se propõe a discutir questões sobre a classe trabalhadora.

Mesmo que as realidades se mostrem de maneiras distintas, fomentando a necessidade de pautas específicas, Ludmila crê em um “intercâmbio entre as mulheres do campo e da cidade, sobretudo nos últimos anos, em que isso tem ficado bem claro, no sentido de nós enfatizarmos a importância e a necessidade do 8 de março, desde o ato “Ele não”, em que tanto os movimentos feministas do campo e da cidade estiveram juntos.”



Lucimara Reis (8M-JF)

A INTERVENÇÃO LIBERAL EM 2019



ELCEMIR PAÇO CUNHA

Professor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF

“ Os institutos sugerem crescimento alarmante da informalidade e perdas de rendimentos entre os mais pobres. ”

Uma das suposições mais profundas e que pode ser extraída de praticamente todo o espectro intelectual nos informa que uma política liberal em matéria econômica não é interventiva ou que, ao reverso, uma política intervencionista não pode ser liberal.

Pois bem, a política econômica levada adiante hoje no Brasil desmente esses enunciados. Não se demanda qualquer análise sofisticada para identificar medidas que efetivamente intervêm por parte da pasta econômica que tem forma, cor e odor liberal - lembra, em vários aspectos, Eugênio Gudin, mas essa é outra história. Aqui vale, portanto, a particularidade, isto é, a espécie da intervenção.

Assumindo que toda política econômica é interventiva

de modo particular, tem sempre por objetivo geral acionar certos mecanismos, produzir determinados efeitos. Nem sempre esses efeitos são deliberados, é verdade, e nem sempre se aprende tão rapidamente para aplicar correções de rumo. Exemplifico: as renúncias fiscais incrementadas no governo Dilma (e que, transcorridos tantos anos, continuam, com estimativa de R\$ 330 bi para 2020) não produziram o efeito de incrementar os investimentos privados os quais continuaram decrescentes (inclusive em 2019). A despeito das evidências, a medida segue sendo aplicada e drenando resultados fiscais do governo.

O horizonte declaradamente explícito da política econômica atual, pelos menos em duas frentes importantes, é, por um lado, promover o ajuste fiscal draconiano que permita retomar investimentos públicos em um cenário de aceleração econômica próxima de zero. Por outro lado, visou e visa realizar modificações na área trabalhista de ímpeto “modernizante”, procurando aliviar a pressão do “custo trabalhista” sobre os lucros - custos que envolvem salários. Uma clara particularidade do tipo de intervenção implementada se expressa pelo menos sob um aspecto, qual seja, que as duas frentes sugeridas jogam o peso das circunstâncias sobre as rendas (com agravamento da primeira medida sobre a precarização dos serviços públicos com anunciada imobilidade por incapacidade administrativa).

Quais são os efeitos decorrentes da alternativa de pressionar as rendas?

Na área trabalhista, mais especificamente, os dados coletados referentes a 2019 pelo IBGE e pelo IPEA são indicativos. Os institutos sugerem crescimento alarmante da informalidade e perdas de rendimentos entre os mais pobres. A renda domiciliar média subiu de R\$1.373,00 para R\$1.438,67 entre 2018 e 2019 que, como é claro, foi puxada pelos rendimentos dos mais ricos. O sentido, portanto, é o do empobrecimento da população de baixa renda que, em 2018, encontrou dificuldades com o crescimento das despesas com transporte e alimentação. A hipótese que tem sido amplamente ventilada, inclusive oportunisticamente por Fragas e Rezendes, é de considerável incremento da desigualdade social que vitima estruturalmente a sociedade brasileira.

Se tais efeitos não são declarados explicitamente como objetivo, há muitas evidências de que derivam da alternativa (política, diga-se) de procurar resolver o problema deslocando a pressão para a renda do trabalho. E essa é uma particularidade fundamental da política econômica intervencionista e liberal no Brasil de Bolsonaro.

Quais efeitos se colocam no movimento seguinte, se ficar confirmada certa tendência de arrocho sobre os rendimentos mais baixos em condições nacionais e internacionais restritivas e cada vez mais restritivas?